

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.518 - SP (2019/0052952-6)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**  
**AGRAVADO : SEVENTY COMUNICACAO LTDA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. *ACTIO NATA*. ALEGADO NÃO TRANSCURSO DO PRAZO QUINQUENAL. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL. EXECUÇÃO FISCAL. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. *ACTIO NATA*. PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS. ART. 174 DO CTN. PRAZO DE CINCO ANOS APÓS A CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA. PARCELAMENTO. CITAÇÃO. AJUIZAMENTO. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. LC 118/05. SÚMULA 106/STJ. INTIMAÇÃO POR MANDADO COLETIVO. ADESÃO A PARCELAMENTO EM DATA POSTERIOR À PRESCRIÇÃO.

1. A constituição do crédito tributário, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, ocorre com a data do vencimento ou com a entrega da declaração pertinente, o que for posterior, de acordo com o princípio da *actio nata*. Precedentes do STJ.

2. A interrupção da prescrição, seja pela citação do devedor, seja pelo despacho que a ordenar (conforme redação dada ao artigo 174, I, do CTN pela LC nº 118/2005), retroage à data do ajuizamento da ação, sendo esse, portanto, o termo ad quem de contagem do prazo prescricional. Precedentes do STJ.

3. O art. 174 do CTN prevê o prazo de cinco anos para a prescrição dos créditos tributários, período iniciado da constituição definitiva do crédito - por sua vez, o parcelamento importa no reconhecimento do débito, interrompendo a prescrição.

4. Inaplicável o entendimento da Súmula 106/STJ se o comportamento desidioso se deveu à exequente.

5. O mandado coletivo é via idônea para a intimação da União até a entrada em vigor da Lei 11.033/04. Precedentes.

6. A adesão a parcelamento em data posterior ao transcurso do prazo prescricional não possui o condão de restaurar a exigibilidade do crédito tributário. Precedente do STJ.

7. Apelo improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos arts. 1.022, II, do CPC/2015, arguindo ausência de manifestação do órgão julgador acerca das questões suscitadas.

No mérito, alega violação ao art. 174 do CTN, sustenta que não houve a prescrição na presente demanda.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 143/146, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Depreende-se dos autos que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou das questões suscitadas, resolvendo de modo integral a controvérsia posta.

Na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Assim, não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade, contradição ou erro material, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

De outra parte, quanto à matéria de fundo, o Tribunal de origem exarou o seguinte entendimento:

"Conforme o disposto no v. acórdão, o termo inicial da prescrição se deu em 06.12.2003. Ajuizada a ação em 29.03.2004 (fl. 2) e proferido o despacho citatório em 13.04.2004 (fl. 14), a citação postal restou frustrada. Despacho datado de 04.03.2005 suspendeu o curso do feito, nos termos do art. 40 da LEF, e a intimação da exequente (fl. 17), o que se deu por mandado coletivo, em 08.04.2005 (fl. 18). Em 09.06.2015 o Juízo determinou que a exequente se manifestasse acerca da eventual ocorrência de prescrição (fl. 28).

Ora, ainda que o parcelamento consubstancie reconhecimento do débito e interrompa a prescrição, de rigor concluir pela anterior prescrição do crédito tributário. Iniciado o prazo prescricional em 06.12.2003, em razão do cancelamento do parcelamento, não se logrou realizar a citação do polo passivo, portanto operando-se a prescrição em 06.12.2008. Há registro de pedido de parcelamento realizado 19.10.2006 (fl. 34), porém sem que se informasse se foi ou não referente aos créditos tributários ora exigidos; quanto a estes, relativos à inscrição 80.2.03.027832-27 e presentes nas declarações 200190768599 e 200280848465, consta tão somente o pedido de parcelamento em 19.11.2009 (fls. 42/46), ou seja, em data posterior à prescrição.

Considerar que a posterior adesão a parcelamento torna o crédito novamente exigível é atribuir à adesão o efeito de 'desprescrever' o crédito

quando de novo pedido de parcelamento, o que não é previsto pela legislação pertinente ou pela jurisprudência. Antes pelo contrário, há entendimento de que a adesão a parcelamento não restaura a exigibilidade do crédito tributário."

Nesse contexto, para modificar o entendimento do Tribunal de origem, para reputar não transcorrido o prazo prescricional, seria necessário proceder-se a uma análise fático-probatória dos elementos contidos nos autos, providência inviável em sede de recurso especial em razão do óbice contido na Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido:

(...) 6. Assim, com relação à prescrição, esclareça-se que para acolher a tese da recorrente é necessário o reexame dos fatos, o que encontra o óbice da Súmula 7/STJ. A propósito: AgRg no AREsp 391.312/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 27/2/2014. Recurso Especial do Moacir Moser. (...). (STJ. REsp 1664064/RS, Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julg. em 13/06/2017, DJe 20/06/2017)".

(...) 2. A alteração do entendimento firmado no aresto impugnado - acerca do termo inicial da prescrição e da sua consequente consumação - só seria possível mediante o revolvimento do acervo fático-probatório do respectivo processo, providência vedada nesta instância extraordinária em decorrência do disposto na Súmula 7 do STJ, não sendo o caso de reavaliação da prova. (...). (STJ. AgInt no AREsp 1024038/PR, Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, T., julg. em 13/06/17, DJe 22/06/2017).

(...) II. A Primeira Seção do STJ, sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou orientação no sentido de que "a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 7/STJ (STJ, REsp 1.102.431/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, ale de 01/02/2010).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator